

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO
BRASIL SOB A ÓTICA DO CAPITAL CULTURAL NO ESTADO
INSTITUCIONALIZADO**

Raimundo Nonato Ferreira
Universidade Federal de Pernambuco - Brasil
E-mail: nonatoferreiraartes2009@hotmail.com

Trabalho de natureza teórica

Resumo: O ensino superior no Brasil vem passando por um processo de expansão, esse processo que teve seus primeiros delineamentos ainda no início da década de 1990. Sendo que, as ações mais fortes desta política de expansão ocorreram nos últimos doze anos. Dentro desse quadro, o fundo público de financiamento do ensino superior passa a ser objeto de disputa, nessa disputa a iniciativa privada passa a concentrar a maior parte das matrículas em cursos de nível superior. Os alunos oriundos de escolas de educação básica pública e outros alunos de camadas sociais menos favorecidas, passam a ser a maioria dos alunos nestas instituições privadas via programas de financiamento estudantil. Com essas questões postas, a análise é feita a luz da teoria do Capital cultural de Pierre Bourdieu. Na perspectiva da análise desse trabalho, as instituições de ensino superior foco desta discussão, acabam por oferecer um capital no estado institucionalizado de baixo valor, devido à baixa qualidade do ensino a qual elas oferecem.

Palavras-chave: Ensino superior. Expansão. Capital institucionalizado.

Introdução

Diante dos programas de expansão do ensino superior no Brasil, presenciada nos últimos doze anos, tornou possível o acesso a universidades a uma grande parcela da população a qual não tinha. Diante deste fato, o qual possibilitou que as classes menos favorecidas socioeconomicamente vislumbrassem uma ascensão social por meio do diploma universitário, este que pode proporcionar ao indivíduo uma colocação social diferente as que tiveram seus pais e demais antecessores. No entanto, diante desta expansão que conferiu o direito a ter uma formação em nível de educação superior, trouxe consigo a dúvida do real valor desse diploma oferecido para as classes que passaram a ser beneficiadas. Para analisar esta questão levantada, é aplicada nesta discussão e análise a teoria do Capital Cultural de Pierre Bourdieu, sendo que, mais precisamente, no estado institucionalizado.

Para que se entenda a proposição antes de qualquer análise sob a ótica da teoria indicada para as reflexões, é necessário entender quais são esses programas de expansão do ensino superior no Brasil no período que



compreende os governos do Partido dos Trabalhadores - PT, que teve início em 2003 e está vigente em 2015, ano de produção deste trabalho. Como também, quais os públicos que antes sem acesso passaram a ter lugar como estudante em Instituições de Ensino Superior (IES).

A reforma universitária que se discute neste momento, tem seus primeiros delineamentos ainda nos governos Collor e FHC. As políticas de expansão do ensino superior têm o formato baseado nas interferências internacionais que em primeiro momento faz pressão para que o modelo tenha base na mercantilização do ensino superior, e, por conseguinte num projeto de financeirização atrelado a grupos de investidores em empresas de capital aberto. A reforma a qual é abordada neste trabalho tem como objeto principal a abertura em massa de instituições privadas que oferecem curso superior.

No final da década de 1980 e início da década de 1990, o Estado brasileiro passa a ter interferências, estas relacionadas ao momento em que se materializam as influências e interferências da globalização nas instituições. Dentro desse contexto de reformas implantadas por decisões tomadas fora do Estado, “a globalização, em suma, é uma complexa variedade de processos, movidos por uma mistura de influências políticas e econômicas”. (GUIDDENS, 1999, p. 43). Neste bojo de arranjos estão muito presentes, tendências neoliberais, as quais têm como foco o Estado mínimo.

O sistema de ensino é uma instituição do Estado, portanto, não ficou imune aos arranjos da globalização, a reforma do Estado brasileiro foi palavra de ordem, pois, assim, poderia se materializar as tendências externas.

Com o governo Collor e FHC, o neoliberalismo transformou-se na doutrina oficial de governo, usada para justificar a reforma do Estado Brasileiro. Como a educação reproduz as condições econômicas existentes em cada época, daí o aumento histórico das Instituições Privadas de Ensino Superior no Brasil na década de 90, enquanto que as instituições públicas não apresentam crescimento algum, reflexo da teoria do “Estado Mínimo” que se evidenciou, seja liberal ou neoliberal (BATTISTUS; LIMBERGER; CASTANHA, 2006).

Nos governos de FHC foram criados mecanismos para a expansão do ensino superior, nos quais se pautavam no modelo neoliberal que tinha como



norte uma ampla reforma do Estado, em que o sistema educacional é palco desses arranjos. Dentro dessa reforma, no ensino superior, a diversificação da oferta esteve entre uma das principais medidas implantadas.

Nesse governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o princípio de flexibilidade promoveu o processo de diversificação e diferenciação dos formatos institucionais, ou seja, universidades e outros tipos de instituições como faculdades, institutos superiores de educação, entre outros, foram criados. Além disso, possibilitou a oferta de novos cursos de nível superior, tais como cursos superiores de tecnologia, cursos sequenciais, mestrados profissionalizantes, cursos de educação à distância, muitos deles instituídos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n. 9.394, de 1996 (PAULA; CARDOSO, 2011).

O governo do Partido dos Trabalhadores – PT, no qual teve início em 2003 sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) até 2010, teve continuidade com Dilma Rousseff, a partir de 2011. Nesses governos do PT podemos dizer que houve ora uma continuidade nas políticas delineadas ainda nos governos de FHC, como podemos atribuir a algumas políticas voltadas para o ensino superior, uma ruptura com o governo antecessor. Podemos dizer que os governos do PT romperam com o modelo do antecessor, pois, foram implantadas políticas de expansão das Instituições de Ensino Superior públicas, nas quais, podemos citar o REUNI como uma das principais.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, ao definir como um dos seus objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007. Este programa teve como bandeira congregar esforços para a *consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública*, pela qual o Ministério da Educação acata o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) quando estabeleceu o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos,



30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década. (BRASIL, 2007, grifos meus).

No entanto, atribuímos como continuidade das políticas do governo antecessor, as políticas que se pautaram a fazer a transferência do fundo público de financiamento da educação para a iniciativa privada através de algumas políticas de expansão do ensino superior. Dentre essas políticas podemos citar o Programa Universidade para todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

A principal finalidade do PROUNI é a concessão de bolsas de estudo, sejam bolsas integrais ou bolsas parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em IES privadas. Essa política de expansão do ensino superior foi criada pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferecendo em troca, isenção de alguns impostos a estas IES que aderem ao Programa. O FIES, foi criado para o financiamento de cursos superiores, tem como beneficiários alunos matriculados em IES privadas.

A discussão proposta tem como foco de análise, essas duas políticas que passaram a ter uma grande *fatia* do financiamento público destinado a educação superior. Esse fundo público, nos últimos anos vem sendo cada vez mais disputado por grupos nacionais e internacionais. Em um primeiro momento disputavam em função de ter a educação como uma mercadoria a ser vendida, e em consequência em um segundo momento, a educação vem passando por um processo de financeirização no qual é descrito por Oliveira.

Tal processo tem propiciado o crescimento acelerado de algumas instituições, generalizando a educação como uma mercadoria, assim como a tendencial oligopolização da oferta. [...] e é cabível falar-se em uma financeirização da educação, posto que é o setor financeiro que assume a hegemonia na educação privada no país (OLIVEIRA, 2009, p. 739).

Dentro do crescimento da oferta da educação superior em IES privadas, via principalmente o FIES, começou a haver um crescimento de matrículas no ensino superior por pessoas de classes menos favorecidas. No entanto, o



problema que é posto em questão, é: essas camadas sociais menos favorecidas, que muitos desses estudantes tiveram uma educação básica deficiente, em sua grande maioria, vindos da rede pública de ensino básico, estão neste momento tendo uma oportunidade de ampliar o seu “capital cultura” ou estão somente recebendo um “capital cultural no estado institucionalizado” sem valor? (BOURDIEU, 2007, p. 74).

Políticas de expansão ou venda de capital cultural institucionalizado de baixo valor?

Diante da questão posta, é necessário entender a origem desse público que é maior *beneficiário* no que concerne as políticas de expansão do ensino superior. Conforme os resultados do Sensus da Educação superior ano 2013, existe um total de 7.305.977 alunos matriculados no ensino superior, sendo que desse total são 1.932.527 na rede pública, e a grande maioria das matrículas estão concentradas na rede privada com 5.373.450 matrículas. (BRASIL, 2013) Diante desse quadro de expansão em que traz consigo o discurso de democratização da educação, nos leva a refletir sobre em que sentido esta educação democratiza o ensino, ou se a entrada dessas classes que não tinham acesso a educação superior passa a reforçar a “*violência simbólica*” do Estado sobre estes alunos que se beneficiam dessas políticas.

Na dinâmica desse quadro de expansão, a educação passa a tomar o caráter democrático, este caráter que determina a educação como direito de todos que se massificou nas últimas décadas, entra em contradição. O Estado entra em contradição pela forma em que dá acesso as pessoas a escolarização, mas ao mesmo tempo não dá condição de igualdade ao acesso, como também não dá condição de aprendizado. Sendo que, a aquisição dos conhecimentos produzidos pela sociedade necessita de um arcabouço de conhecimentos prévios para a obtenção da aprendizagem escolar. E diante disso, essa mesma escola acaba por privilegiar uma determinada camada social que terá acesso as melhores IES.

Balizadas pelos princípios da igualdade e do liberalismo as Constituições brasileiras sempre trouxeram consigo a determinação de uma educação para



todos, ora mais incisivas ora menos incisivas, isso desde a Constituição Imperial de 1824 a Constituição Federal de 1988. Não há intenção de fazer aqui um apanhado geral de como a educação “para todos” era defendida nessas constituições, pois, não é o objetivo deste trabalho. Aponto aqui também as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 e de 1996, onde também podemos apontar este princípio de universalização. Na LDB 9024/61 Art. 2º “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola”; a LDB 9394/96 Art. 3º I – “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Para amparar esta discussão sobre o acesso a educação superior de camadas menos favorecidas, nos apoiamos nos estudos de Pierre Bourdieu com o “capital cultural”. Essa teoria do capital cultural tem como suas bases de estudo a Europa, especificamente a França, mas podemos dessa teoria abstrair pontos que desconstruem o princípio de “igualdade e condições de acesso e permanência na escola” Art. 3º, I da LDB 9394/96.

A realidade brasileira é que somos um país rico com muitos pobres, uma realidade de desigualdade na distribuição de renda do Brasil. As desigualdades sociais foram reduzidas nos últimos dez anos, mas nada tão significativo, tendo em vista a má distribuição de renda no Brasil. Na educação a proporção de jovens estudantes (18 a 24 anos) que cursavam o nível superior cresceu de 27,0% para 51,3%, entre 2001-2011, sendo que, entre os estudantes pretos ou pardos nessa faixa etária, a proporção cresceu de 10,2% para 35,8%. (BRASIL, 2012)

O jovem que chega às universidades, oriundo de famílias de menor poder aquisitivo, como também o aluno da educação básica de famílias deste mesmo extrato social, têm grandes dificuldades de ter desempenho satisfatório pela questão do capital cultural desse individuo não ser condizente com currículo da Escola. Conforme Bourdieu, o capital cultural

é algo que não pode ser passado automaticamente como o dinheiro, é algo que é incorporado ao individuo através das experiências de vida, onde este capital passa a ser parte integrante da pessoa um *Habitus* algo que é incorporado fazendo parte desse individuo (BOURDIEU, 2007, p. 74).

A escola sobre esse discurso de ser democrática na condição de igualdades de acesso e de aprendizagem, acaba por realizar uma violência contra o aluno, pois, a cultura nas sociedades de classe passa a ser uma moeda que as classes dominantes utilizam para acentuar as diferenças, onde a cultura se transforma num instrumento de dominação (BOURDIEU 2007). Essa dominação pode ser identificada quando o aluno fica se perguntando por que não aprende os conteúdos ensinados na escola, achando que a culpa por não entender ou assimilar tais conteúdos é culpa dele, não sabendo o mesmo que esses conteúdos são de propriedade da classe dominante, que se vale da propriedade desses conteúdos para estabelecer sua dominação. Sendo que, nas universidades, respectivos cursos com “*maior qualidade*” de ensino ficam ocupados por alunos das classes mais favorecidas. Restando nas IES com qualidade inferior para os alunos das classes menos favorecidas, e o seu ingresso nestas IES privadas, está condicionado às políticas que foram citadas, PROUNI e FIES.

Conforme o Índice Geral de Cursos (IGC), o ciclo de avaliação de 2013 apontou as piores IES do Brasil, nesta avaliação entre as dez piores faculdades do Brasil, oito são privadas. Nessa perspectiva de as piores formações em nível superior sendo oferecidas pela rede privada, como também via PROUNI e FIES estes alunos das classes menos favorecidas é o público alvo dessas IES. O capital cultural no estado institucionalizado, comercializado por essas instituições tem valor igual a sua nota obtida nas avaliações que aferiram os seus respectivos IGC.

Na perspectiva de Bourdieu (2007, p. 78) “Com o diploma esta certidão de competência cultural, concede ao seu portador um valor convencional, e juridicamente [...] Produz uma forma de capital cultural que tem uma autonomia relativa em relação ao seu portador”. Na realidade brasileira dentro dessa discussão sobre a expansão do ensino superior, o que tem acontecido, é que os avanços obtidos nos últimos anos, que proporcionaram praticamente a universalização da educação básica e a entrada de muitos estudantes oriundos de classes menos favorecidas nas universidades, criaram também um capital



institucionalizado de baixo valor, que em efeito contínuo começa na educação básica até chegar à educação superior.

Quando aponto este capital institucionalizado de baixo valor na educação básica, me refiro à questão da progressão continuada na qual o aluno progride, mas não avança. Mesmo sabendo que a avaliação quantitativa é uma “violência simbólica” (BOURDIEU; PASSERON, 2009) imposta pelas classes dominantes para se manter como dominadora utilizando-se da avaliação quantitativa para estabelecer a segregação. Esta escola de educação básica que sob o manto da não reprovação, traz consigo esta violência simbólica criando este indivíduo com um capital institucionalizado de baixo valor.

Esse estudante, vindo da escola pública, que pela lógica deverá ingressar em uma universidade pública, não conseguirá o ingresso devido ao seu capital institucionalizado. É de conhecimento de quem pesquisa sobre educação como também do senso comum, que no Brasil, as melhores IES são públicas. No entanto, os ingressos de estudantes de escolas públicas são menores que os ingressos de estudantes de escolas privadas, havendo no Brasil este deslocamento de classes: ricos na educação básica na rede privada e na educação superior na rede pública, pobres na educação básica na rede pública e na e na educação superior na rede privada. Diante disso há de se ressaltar que com as políticas públicas de cotas para negros e alunos de escolas públicas tivemos um avanço no sentido de aumentar o número de alunos vindos de contexto de violência simbólica em universidades públicas. No entanto, estes alunos ainda são obrigados a recorrerem aos centros de ensino superior da rede privada, que dentro da lógica da mercadorização do ensino superior, que através da financeirização do ensino superior, nas mãos do capital internacional, que via PROUNI e FIES produzem ensino superior que gera capital institucionalizado de baixo valor para as classes menos favorecidas.

Considerações finais

Diante de todos os delineamentos que tem início ainda nas décadas de 1980 e 1990, o ensino superior no Brasil passa por transformações e se expande. Sendo que, os maiores movimentos de expansão acontecem a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores, que propôs em algumas de suas políticas uma ruptura com o modelo de estado mínimo, em outras não tem as mesmas diretrizes que era de fortalecer as instituições públicas como foi o caso do REUNI. Porém, em outras políticas como o PROUNI e FIES, acabou cedendo ao capital, pois acabou por transferir parte significativa dos recursos destinados a educação superior para grupos de investidores que hoje operam no setor educacional.

Há de se reconhecer que uma das principais marcas dos governos do PT, foi a inclusão das classes menos favorecidas. Diante desta perspectiva de inclusão, houve um movimento de acesso de camadas menos favorecidas ao ensino de nível superior, no entanto, estes mesmos que sofreram violência simbólica na educação básica, que também eram alunos da rede pública de ensino básico, passaram a ser as vítimas do capital sob o manto das políticas de transferência de recursos para a iniciativa privada que detém a maioria das matrículas de nível superior no Brasil.

O capital cultural no estado institucionalizado dessas classes menos favorecidas, que por toda a educação básica foi distribuído com valor baixo. Na educação superior, agora via IES privadas este capital cultural no estado institucionalizado tem baixo valor. A oferta de ensino superior via PROUNI e FIES, não faz do Brasil um país que se desenvolve seja de forma humana ou científica. Estas políticas causam apenas um bem estar ilusório, pois, a educação em nível superior oferecida por essas instituições, apenas continua preparando para o subemprego. Portanto, na medida em que aumenta o número de pessoas no Brasil com formação de nível superior, proporcionalmente aumenta o número de pessoas portando capital institucionalizado de baixo valor.



Referências

BATTISTUS, C. T.; LIMBERGER, C.; CASTANHA, A. P. Estado Militar e as reformas educacionais. **Educere et Educare**, v. 1, p. 227-231, 2006.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. Reynaldo Bairão. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1992.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Trad. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Carta de Lei de 25 de Março de 1824. **Constituição Política do Império do Brasil**, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acesso em: 27 abr. 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 4024/61. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 dez. 1961, Seção 1, p. 11429.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996, Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2001, Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 11.096 de 13 janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – Prouni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.981, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 14 jan. 2005, p. 7.

BRASIL. Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição – IGC. **IGC 2012 - Atualizado em 26/02/2013**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores/indice-geral-de-cursos-igc>> Acesso em: 27 abr. 2015.



ReLePe



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

**I Encontro Latinoamericano de Profesores de Política Educativa
II Seminário Internacional de Questões de Pesquisa em Educação**

6 e 7 de julho de 2015 - UNIFESP - Guarulhos - São Paulo - Brasil

BRASIL. Síntese de Indicadores Sociais 2012. **SIS 2012**. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?id=1&idnoticia=2268&t=sis-2012-acesso-jovens-pretos-pardos-universidade-triplicou-dez-anos&view=noticia>> Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. REUNI (Diretrizes Gerais), **agosto de 2007**. Disponível em: <<http://www.reuni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

GIDDENS, A. **A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. Trad. de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 1999.

OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 30, p. 739-760, 2009.

PAULA, M. F. C.; CARDOSO, A. C. G. A influência das políticas neoliberais na educação superior: casos UFF e UERJ. In: IV Congresso Nacional e III Encontro Internacional de Estudios Comparados en Educación, 2011, Buenos Aires. **Anais do IV Congresso Nacional e III Encontro Internacional de Estudios Comparados en Educación**, v. 1, p. 1-21. 2011.